

AS MULHERES E OS PERIÓDICOS DE OPOSIÇÃO NAS DITADURAS MILITARES DO CONE SUL¹ (1954-1989)²

MIRIAN ALVES DO NASCIMENTO*

Durante as ditaduras militares no Cone Sul, entre 1954 a 1989, foi implementada repressão significativa aos indivíduos envolvidos nas organizações de resistência e oposição aos regimes ditatoriais. Entre estes opositores haviam mulheres, que em número significativo sofreu prisões, torturas e morte. Algumas organizações de esquerda³ procuraram denunciar⁴ as práticas arbitrárias do governo nos seus órgãos de imprensa.

Então, no intuito de saber se os jornais publicaram denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres e se os redatores destes veículos utilizaram construções de gênero difundidas à época para sensibilizar os leitores com o objetivo de mobilizá-los para as lutas de oposição e resistência ao regime - uma vez que este objetivo é patente nas matérias veiculadas nestes periódicos -, investigarei os jornais do Paraguai, *El Pueblo*, do Partido Febrerista, e *El Radical*, do partido liberal - disponíveis nos arquivos da Biblioteca Nacional do Paraguai e no Archivo del Terror. Os jornais do Chile, *AIR-Agencia Informativa de la Resistencia* e o *El Rebelde en La Clandestinidad*, ligados ao MIR-Movimiento de Izquierda Revolucionaria - digitalizados no Fondo Documental da FLACSO – Facultad Latino Americana de Ciências Sociais – Chile. Os jornais da Argentina, *Estrella Roja*, ligado ao ERP-Ejército Revolucionário do Povo e *El Combatiente*, do PRT-Partido Revolucionario de los Trabajadores – disponíveis no

¹ Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, com exceção da Bolívia.

* História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda/Bolsista CNPq.

² Projeto de Mestrado apresentado na seleção do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC 2011.

³ No Brasil, por exemplo, cito a organização Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Movimento Revolucionário - Política Operária (MR-PO) que publicaram, respectivamente, o Jornal Unidade e Luta e o Jornal Política Operária.

⁴ O Jornal A Classe Operária, no seu número 39, página 10, de 1970, traz a seguinte solicitação: “As denúncias contra as torturas e os torturadores devem ser precisas, concretas, convincentes e pormenorizadas.”

CeDinCI – Centro de Documentación e Investigación de La Cultura de Izquierdas en Argentina. Os jornais do Uruguai, *Tupamaros* do MLN-T - Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros e *Compañero*, imprensa sindical da organização de bases da ROE - Resistencia Obrero-Estudiantil⁵ e, finalmente, os jornais do Brasil, A Classe Operária, órgão de imprensa oficial do PCdoB - Partido comunista do Brasil, disponibilizado no site da Fundação Maurício Grabois, na parte do Centro de documentação e Memória. E o jornal Unidade e Luta da ALN-Aliança Libertadora Nacional - disponibilizado no AEL - Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP.

Em virtude de a pesquisa privilegiar um espaço relativamente amplo, a análise dos jornais se dará nos períodos em que houve maior repressão em cada país. E uma vez que o estudo abrange nações cujas trajetórias apresentam semelhanças, utilizarei a perspectiva comparativa da História que, revela-se fecunda quando pretendemos lançar mão da escrita da história dos países do Cone Sul. Isso porque, segundo Maria Ligia Coelho Prado (2005:12), “a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes”. De acordo com Neyde Theml e Regina Bustamante (2007:14), por convocar pesquisadores a analisarem em múltiplos aspectos as sociedades, a perspectiva comparativa permite e proporciona a percepção de singularidades, diversificação, estranhamento, e pluralização, produzindo “frequentemente espaços de inteligibilidade e de reflexões nova[s]”.

Para verificar as funções atribuídas às mulheres e aos homens pelos grupos de oposição a esses governos, a perspectiva de abordagem da história feita através dos estudos de gênero será utilizada. Bem como para compreender as relações que essas exposições tiveram com as culturas existentes na sociedade civil acerca dessas funções, uma vez que o gênero é “um dos componentes da construção social do sujeito masculino e feminino” (WOLFF; BACK; SENA, 2007:2), se faz presente em todas as relações sociais e, conseqüentemente, nos discursos sobre o masculino e o feminino. Pois, conforme afirma Ella Shohat: eles (discursos) “são percebidos, consumidos e tem impacto material, político e cultural na vida das pessoas”. Para esta autora, nada escapa da mediação das representações, mas as representações, igualmente, “têm um impacto no mundo, em nossas identidades projetadas, em nossas identificações sociais e filiações culturais” (COSTA; MALUF, 2001:s/p.).

⁵ Localizarei em viagem marcada ao Uruguai entre os dias 27 e 31 de março de 2011.

Com o objetivo de mostrar a reprodução das relações e padrões de gênero encontrados no interior das organizações de esquerda utilizei o livro de memórias “De corpo e alma” de Derlei Catarina De Luca e a coletânea de relatos “Memórias das mulheres do exílio” sob a organização de Albertina de Oliveira Costa e, ainda, duas entrevistas com a ex-militante Maria Amélia de Almeida Teles. Para analisar tais depoimentos lancei mão da História Oral, cuja metodologia é caracterizada principalmente pela utilização de entrevistas como fontes históricas, que são construídas a partir da memória da pessoa entrevistada ou que relata suas experiências em livros. Porém, tanto as entrevistas como relatos memorialísticos são documentos que possuem os componentes típicos da construção das recordações e, por esse motivo, são carregados de ressignificações acumuladas pelas vivências e marcados pela subjetividade, todavia, utilizamos estas fontes sabendo de antemão que nenhum discurso é neutro (BORGES, 2005:215). Mas, o uso dessas fontes se faz profícuo, pois, conforme mostra Verena Alberti, “o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social”. E acrescenta que o “contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia” (ALBERTI, 2005:163). Giovanni Levi (2006:176) diz que “as biografias são usadas especificamente para esclarecer o contexto”. Por isso, neste trabalho, utilizo os depoimentos que auxiliarão na compreensão do contexto das denúncias publicadas no jornal para verificar a presença das construções de gênero dentro das organizações de esquerda e entre seus componentes. Além dessas ferramentas utilizadas para entender os discursos, procuraremos compreender como acontecem os processos que sustentam os difusores de notícias e informações. Para tal, é pertinente apontar o que Eni Orlandi (1994:53) nos mostra: “se pensamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos de pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos.” E complementa que a história está imbricada neste processo, uma vez que ela dá ferramentas para que os signos sejam compartilhados com significados semelhantes entre quem emite informação e quem recebe. A autora aponta ainda que “o discurso está na base da produção da existência humana” (ORLANDI, 2005:15), porque a linguagem

faz a mediação entre o ser humano e seu entorno social. Logo, é através dos discursos que o indivíduo expõe suas realidades, que por sua vez são resultado das experiências vivenciadas por ele durante sua trajetória de vida.

A expressão “violência contra a mulher” está baseada na “Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher”, documento aprovado em 1993 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e consiste em “todas as violações atreladas à violência sexual, física e psicológica, vivenciadas em âmbito familiar, na comunidade ou perpetradas pelas instituições representativas do Estado (CAVALCANTI in FRANCO; NADER; SILVA, 2006:256).

No Brasil, os indivíduos que faziam oposição ou resistência ao governo militar podiam ser encontrados nos partidos comunistas tradicionais e/ou reformistas como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ⁶, e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) ⁷. Como também entre os que formavam a *nova esquerda*⁸ formada pelas seguintes organizações: a Organização Revolucionária Marxista- Política Operária (POLOP ou ORM-PO), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e a Ação Popular (AP) e suas dissidências (RIDENTI, 1993:30).

Entre as décadas de 1960 e 1970 houve um aumento significativo, em relação a períodos anteriores, da participação de mulheres na militância de partidos de esquerda, sobretudo os da *nova esquerda*. E não eram apenas as jovens do movimento estudantil, mas, profissionais liberais, professoras, donas de casa, entre outras ocupações, também foram atraídas pelas idéias revolucionárias que pulsavam ao seu redor. Marcelo Ridenti (1993:198) relata que, em relação às organizações armadas, o percentual de mulheres denunciadas ficou entre 15 e 20%. E, embora tenha existido certo avanço em relação ao engajamento de mulheres, ainda permanecia no interior das organizações de oposição ao governo, pensamentos conservadores que se podem ver refletidos na situação mostrada

⁶ De acordo com Marcelo Ridenti, seus projetos de implantação da “revolução socialista” não se faziam demasiados emergentes e por isso podiam estabelecer relações pacíficas e de apoio à consolidação das revoluções burguesas nos países ditos de terceiro mundo, relacionados às diretrizes estabelecidas por Moscou.

⁷ Propunha um socialismo democrático.

⁸ Era composta pelas organizações que defendiam a revolução socialista através do rompimento imediato com os partidos de esquerda tradicionais e o desenvolvimento da luta armada. O PORT e a AP a priori não pegariam em armas.

a seguir: “Pode deixar, minha filha, que eu vou lá botar os podres deles pra fora” (VENTURA, 1988:38). Essa fala é do histórico comunista Gregório Bezerra, ao saber de uma militante do PCB, que eleita delegada para um congresso do partido, foi vetada por duas bases em Recife por não ser mais virgem. Notamos ainda que as construções de gênero permeavam as relações no interior das organizações, independente do gênero, mesmo as militantes as utilizavam. Derlei Catarina De Luca (2002:275), ex-militante da AP – Ação Popular, por ocasião de sua chegada ao exílio do Chile no ano de 1972, diz: “À noite, aparecem vários companheiros e as mulheres descascam batatinha para a janta. [...] Vou para a cozinha ajudar e descascamos 2 sacos de batatinhas miúdas, que são consumidas rapidamente.” Neste mesmo tempo lembra “Os companheiros conversam, preparam relatórios para mandar ao Brasil...”. Conforme Judith Butler (2003:199) o gênero é resultado de performances vividas de forma ininterrupta, vemos isso no relato de Vânia, uma das ex-militantes, que dá seu depoimento na seleção de textos que compõe “Memórias das mulheres no exílio”, de 1978. Ela afirma que na organização a qual pertencia “a mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro”. Tarefas que durante muito tempo foram vistas como femininas. Contudo, para ela, “isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam” (COSTA, 1980:113). Então, podemos ver que embora tenha havido alguns avanços na desnaturalização de certas práticas, outras, vistas pela militante como mais importantes, decisivas, ainda eram realizadas pelos homens.

Essas mulheres ousaram enfrentar a tradição que as mantinha no espaço privado-doméstico e isso fez com que sofressem discriminação dentro das organizações clandestinas, ainda que em proporção menor em relação aos órgãos repressores, nos quais essa discriminação se traduziu em várias formas de violência, como mostra Nubia Becker (2005:57) a respeito da situação das militantes presas no Chile.

Castigo cruel, y hostigamiento constante por el atrevimiento de “andar metidas en la política”, según su jerga “fosforeando”. Ello conllevaba un rigor adicional por haber abandonado el gineceo, pues, para sus mentes oscuras, ese mero hecho nos convertía automáticamente en unas peligrosas “putas sueltas y degeneradas”, en un mal ejemplo para el “Futuro de Chile”, cuestión que dejaba a las mujeres prisioneras más inermes a los atropellos, a la crueldad, y a los tratos degradantes.

Os constrangimentos físicos e/ou morais eram aplicados com o intuito de coibir, amedrontar, fragilizar e “educar” essas mulheres que estavam radicalmente afastadas do modelo social imposto há muito tempo, mostrando-lhes qual devia ser sua posição naquela sociedade extremamente machista. O fato de terem tido a iniciativa de partirem - muitas vezes do conforto de sua vida familiar, dos seus estudos, do seu trabalho, para uma vivência incerta, em busca de seus ideais de construir um mundo melhor para todos - valores que provavelmente admiraríamos nos dias atuais, implicou na construção das justificativas para receberem reprovações oriundas de vários grupos da sociedade, por razões políticas ou morais: família, mulheres não militantes, homens militantes e não militantes e os militares. É bom acrescentar que também no Brasil, para os donos do poder, mulheres que participavam da luta armada ou eram “putas comunistas” ou adeptas do lesbianismo (COLLING, 1997:105), ambas as práticas reprováveis por revelarem o descontrole dos homens sobre as práticas sexuais das mulheres.

Ao investigar alguns jornais de oposição no Brasil⁹ pude perceber que durante o regime militar, além dos choques beligerantes entre as forças do governo e os militantes da oposição houve também uma espécie de guerra de discursos e informações concentradas em algumas frentes. Entre estas, evidencio os meios de comunicação, utilizados em cada lado do conflito para defender seus ideais e objetivos. O professor Bernardo Kucinski (1998: 53) afirma que esse período foi especialmente fértil para o surgimento da chamada mídia alternativa uma vez que despontaram no cenário brasileiro mais de 150 periódicos que tinham como objetivo se contrapor à ditadura militar e/ou organizar a comunidade em torno de seus interesses. Denominada também de imprensa “nanica” podemos verificar, segundo Karina Janz Woitowicz (2009:13), que ela se caracteriza pela “produção de veículos voltados a demandas e interesses sociais, que não atuam nos limites do mercado tradicional (de produção, circulação e consumo) da informação.” E notabilizou-se, frequentemente, pela oposição acirrada que fazia ao regime militar através da publicação de matérias jornalísticas de interesse público. Nas suas pautas encontravam-se assuntos variados, os quais estavam sempre atrelados à denúncia dos mais diversos modos de opressão: o desemprego, os

⁹ Esta pesquisa é parte integrante do meu Trabalho de Conclusão de Curso sob o título: “A imprensa alternativa e a violência contra mulheres nas ditaduras militares do Brasil e Chile (1964-1989)”, apresentado em fevereiro de 2011.

movimentos sindicais, as condições de trabalho dos operários, a baixa qualidade de vida através da falta de infra-estrutura na saúde, na educação e na habitação; a violência sofrida dentro das fábricas, nas greves, nos delitos comuns entre as camadas mais baixas da população. Temas políticos pertinentes ao período também integraram as páginas destes periódicos como as prisões, os sequestros, as torturas e os desaparecimentos de opositores do regime. Por consequência, logo atraíram para si a censura do governo.

Com a possibilidade de alcançar o povo através dos periódicos, as organizações de esquerda, sob uma perspectiva leninista de “educar as massas no espírito da democracia consequente e do socialismo” (LENIN, 1914) especialmente a rural, também utilizaram seus órgãos de imprensa como forma de “educar” esse povo, com o objetivo de que este se engajasse na construção de um governo de viés popular e, sobretudo na luta contra a repressão e, posteriormente, pela democracia e anistia aos presos políticos. Fato comum nessa modalidade de imprensa, o PCdoB frequentemente publicava frases semelhantes a “temos diante de nós a grande tarefa de esclarecer o povo, abrir-lhe os olhos...” (A Classe Operária, 1973:23) assumindo o papel de vanguarda que Lênin atribuiu ao proletariado. É importante notar o que diz Maria Aparecida Baccega (2000:21) sobre o alcance da mídia sobre a sociedade:

As relações imagéticas estão carregadas da presença da mídia. Trata-se de um mundo construído pelos meios de comunicação, que selecionam o que devemos conhecer, os temas a serem pautados para discussão e, mais que isso, o ponto de vista a partir do qual vamos compreender esses temas. Eles se constituem educadores privilegiados...

As organizações de esquerda se utilizaram desse saber para difundir suas idéias, suas expectativas bem como o tratamento que estava recebendo por parte dos órgãos de repressão. Uma das maneiras utilizadas pelas organizações de oposição à ditadura para sensibilizar o povo foi a veiculação de denúncias sobre o desrespeito aos direitos humanos como os sequestros, as torturas, as violações e os assassinatos aos opositores do regime. Os jornais brasileiros pesquisados apresentaram poucas notícias específicas sobre violência contra mulheres se comparado ao total de denúncias de violência feitas de forma genérica, como veremos na notícia veiculada no jornal “A Classe Operária” mais abaixo:

Muitos são já os patriotas e democratas, os revolucionários que passaram pelas masmorras da ditadura. Barbaramente torturados nada revelaram. Diante da Justiça Militar desmascararam a ditadura e denunciaram seus crimes. Muitos outros foram assassinados selvagemmente. Portaram-se como heróis, até o último alento. São herdeiros de Dimitrov e de outros valentes revolucionários proletários, são dignos filhos do povo, homens e mulheres, quase todos jovens, cujos nomes serão sempre lembrados com veneração e respeito (A Classe Operária, 1972:9).

Aqui, podemos dizer que eles trataram igualmente homens e mulheres, ao não privilegiar nem um nem outro gênero, ao contrário escreveram “são dignos filhos do povo, homens e mulheres, quase todos jovens”.

Já durante o período em que houve combate entre os guerrilheiros e as forças armadas o jornal comunista do Brasil também noticiou: “Duas jovens de origem japonesa, de nomes Rioko e Nair, estão igualmente entre os estudantes presos e torturados. Rioko foi detida em abril na cidade de Marabá e passou, nas mãos de seus algozes, incríveis tormentos” (A Classe Operária, 1972:6).

Nos jornais do PCdoB pesquisados encontrei algumas notícias que falaram claramente sobre as violências sexuais sofridas por mulheres militantes durante as torturas e uma delas é a seguinte:

Impressionantes e numerosos são os relatos, infelizmente pouco divulgados, de homens e mulheres que passaram pelos cárceres da ditadura. Crianças atormentadas diante dos pais, esposas violadas na frente dos maridos, pessoas idosas afrontadas física e moralmente... (A Classe Operária, 1974:7)

Aqui, no intuito de sensibilizar o público leitor para as práticas de tortura pelas quais passavam indivíduos relacionados à oposição e resistência ao regime, os responsáveis pela notícia relacionaram nela pessoas apontadas como naturalmente frágeis: as crianças e as idosas. E situações contundentes que tornariam a denúncia mais incisiva, como, “crianças atormentadas na frente dos pais”, fato contrário à construção cultural que põe os pais como pessoas que amam os filhos incondicionalmente e, portanto, isso tornava aquela situação ainda mais difícil de suportar, pois consistia em responsabilizar os pais pela violência a que estavam sendo submetidos seus filhos. E por último, o fato de as esposas estarem sendo violadas na frente dos esposos. Esse fato faz lembrar que durante muito tempo se creditou a honra dos homens ao comportamento sexual das mulheres de sua família como a mãe, as irmãs, as filhas e as esposas (BURITI, 2004:5). Talvez fosse mais contundente à época dizer que as mulheres

estavam sendo violadas na presença dos companheiros do que apenas dizer que estavam sendo violadas. Além do exemplo mostrado acima, encontrei a seguinte notícia publicada em 1973 que possibilita o entendimento que “vexames monstruosos” podem indicar também violência sexual, prática que se deu nos órgãos de repressão:

As forças repressivas tratam brutalmente as jovens que combatem pela liberdade. Os carrascos policiais e os militares usam os processos mais infames nos interrogatórios e as submetem a vexames monstruosos. É grande o número das que se acham presas ou condenadas. Muitas vivem na clandestinidade. Entre pessoas assassinadas pela polícia por motivos políticos contam-se dezenas de mulheres. Deram suas vidas, em plena juventude, combatendo a tirania (A Classe Operária, 1973:9).

A próxima notícia citou os “adversários políticos”, mas não especificou o gênero deles. Trouxe as expressões “vexames” “torturas” e “bestial sadismo”, novamente pode estar indicando que os presos sofreram violência sexual, só que desta vez não se está claramente falando das mulheres:

Crimes inomináveis são cometidos contra os adversários políticos nas cadeias e cárceres do país. Se os presos não aceitam as acusações ou repelem as brutalidades dos esbirros da polícia e do Exército, são submetidos a vexames e torturas que revelam bestial sadismo. Com verdadeira sanha fascista os carcereiros procuram quebrantá-los fisicamente, abatê-los moralmente e fazê-los capitular. E não são poucos os que têm pago com a vida sua resistência heróica (A Classe Operária, 1969:8).

Em uma espécie de carta aberta ao povo, resultado das discussões realizadas durante o “I Seminário de Mulheres Brasileiras”, publicada pelo jornal “Unidade e Luta” (1972:13) da ALN, encontramos: “Sabemos que a ditadura tem ceifado vidas, e mutilado um número grande de nossos revolucionários, dentre eles muitas mulheres, mulheres valentes e valorosas”. Em uma iniciativa de publicizar a participação das mulheres nos movimentos de oposição e resistência ao regime militar.

Militantes de destaque do partido também foram lembradas pelo jornal “A Classe Operaria”, órgão oficial do PCdoB, que em 1974, notícia a morte de Helenira Resende – com o sobrenome alterado -, guerrilheira do Araguaia, da seguinte forma:

Caiu bravamente. Cercada por tropas da reação, não se amedrontou. Recebeu uma rajada de metralhadora nas pernas e verteu muito sangue. Assim mesmo atirou quanto pode nos que se aproximavam. E acertou no alvo. Depois foi agarrada. Como prisioneira, sua vida devia ser respeitada. Embora gravemente ferida, tinha possibilidade de restabelecer-se. No entanto, os bandidos fardados

trataram de liquidá-la utilizando a tortura. Queriam que falasse. Elenira gritou-lhes na cara: “Os companheiros me vingarão”. Assassinaram-na bestialmente. Este crime das Forças armadas nunca será olvidado (A Classe Operária, 1974:6).

Elenira Machado honrou a juventude brasileira e ressaltou também o papel da mulher na luta contra os opressores. Tombou como verdadeira heroína.

Não há lutas sem heróis, nem movimento popular sem mártires. Heróis e mártires são testemunhos perenes da bravura de um povo, expressões elevadas de uma nobre causa. Elenira simboliza as aspirações da época em que viveu... Dirigente estudantil, militante de vanguarda, ativista do campo, guerrilheira do Araguaia – ela representa bem a juventude rebelde do Brasil de hoje. Sua personalidade marcante e seus atos corajosos projetar-se-ão no tempo... Que a juventude seja fiel à herança revolucionária de Elenira Machado (A Classe Operária, 1974:7).

O redator do jornal reconhece os esforços dessas mulheres na guerrilha e diz que Helenira é uma “*verdadeira heroína*”. Homenageia também uma “*destacada combatente da resistência popular... conhecida pelo nome de Dina*” relatando que

Nesse ataque criminoso contra o PC do Brasil, que luta pela liberdade e a independência nacional, o Exército assassinou covardemente três de seus mais destacados dirigentes: os camaradas Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drumond. Prendeu também e torturou selvagememente outros quadros do Partido, entre os quais, Elza Monnerat, Aldo Arantes, Haroldo Rodrigues de Lima e Wladimir Torres Pomar, assim como as duas pessoas que moravam no local – Maria Trindade e Joaquim Celso de Lima (A Classe Operária, 1977:4).

Um exemplo de denúncia de violência contra mulheres que não são citadas como militantes foi publicada no mês de junho de 1984 pela AIR sob o título: “Asesinato repulsivo” e podemos ver abaixo:

Un brutal asesinato cometió la CNI el 18 de mayo. Ese día traslado a las torres de alta tensión del sector de Carrascal, en estado agónico luego de bestiales torturas, a María Castillo Muñoz, madre de tres niños, dejándola en el lugar junto con cargas de dinamita, las que al estallar destrozaron su joven cuerpo. También, en las mismas condiciones, fue abandonado su compañero, quien logro salvarse por sí mismo. Son falsos el comunicado del gobierno que la acuso de intentar volar la torre, como también son mentirosas las informaciones de la prensa que recogieron la versión de la CNI. Actualmente organismos de Derechos Humanos y la Vicaría de la Solidaridad reúnen antecedentes para formular una denuncia de este crimen perpetrado contra personas detenidas (Agencia Informativa de La Resistencia, 1984:9).

Nesta notícia podemos levantar algumas questões pertinentes em relação às construções de gênero presentes nas relações sociais que podem ter sido utilizadas para sensibilizar os leitores, inseridos em uma sociedade mantenedora dos recursos imagéticos que

perpetuava a estada da mulher fora do ambiente público, a que se rebelassem também contra o regime para que se conseguisse o objetivo maior da esquerda opositora, que era a derrubada da ditadura. Cabe aí o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda (1995:98) acerca da construção da história, não apenas como recurso de composição que os historiadores utilizam para escrever seus textos, mas como recursos empregados para causar mudanças na ação de determinado grupo: “a história não somente “acontece”, mas também pode ser dirigida e até fabricada.” Percebemos que ao falarem do assassinato da mulher, privilegiaram informações do âmbito privado de sua vida: que era jovem, mãe de três crianças e tinha um companheiro, reforçavam, então, os valores patriarcais da família tradicional, contrariando algumas idéias que circulavam a partir dos órgãos repressores de que as mulheres militantes eram “putas” ou “lésbicas”.

Em virtude da limitação de espaço e de esta pesquisa estar apenas começando, apresentei algumas denúncias que estão inseridas em um universo muito amplo de jornais, apenas como exemplo. Dentre os jornais já pesquisados, constatei que poucos números dos jornais publicaram denúncias que traziam violência apenas contra mulheres, em separado. É comum encontrar notícias que traziam denúncia de violência contra homens e mulheres, informando, inclusive os nomes dos militantes. A grande maioria das denúncias foram realizadas utilizando substantivos no masculino, por exemplo, “patriotas”, “cidadãos”, “presos políticos”, “combatentes de vanguarda”, “brasileiros”, “guerrilheiros do Araguaia”, “professores”, “estudantes” e “opositores”, fato que causa a sensação de que elas todas se referem apenas aos homens.¹⁰ Percebi ainda que, em alguns momentos, os redatores do jornal utilizaram construções de gênero para sensibilizar os leitores e atraí-los as suas fileiras de oposição e resistência à ditadura militar, como quando falaram dos idosos e crianças que sofreram tortura. Outra questão percebida foi que, mesmo diante da morte da militante, sob o domínio de órgãos de repressão, nem sempre foi informado que ela pertencia a uma organização de esquerda, mas privilegiou-se informações do âmbito familiar, mostrando que era mãe e esposa, funções que eram esperadas das mulheres naquela sociedade, contrárias aos comportamentos das militantes, que transitavam com certa “liberdade” e por isso eram chamadas comumente de ‘putas’ pelos torturadores. E, embora as notícias sobre a

¹⁰ Na gramática do português, quando nos expressamos em relação ao plural, se houver apenas um indivíduo do gênero masculino, usamos substantivos do gênero masculino para dar conta da totalidade.

violência impingidas apenas aos militantes “homens” fossem em maior número, as mulheres e os horrores porque passaram estiveram presentes no jornal.

Fontes

Entrevistas

TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Ivonete Pereira (1 cd). Sem local e data informados. Acervo do LEGH/UFSC.

_____. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (3 fitas cassete). São Paulo, Brasil, 24/08/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

Jornais

Centro de Documentação - Fundação Maurício Grabois

A Classe Operária: jul/1967; set/1967; dez/1967; fev/1968; abr/1968; mai/1968; jul/1968; set/1968; nov/1968; jan/1969; fev/1969; mar/1969; abr/1969; mai/1969; jun/1969; jul/1969; ago/1969; out/1969; nov/1969; dez/1969; fev/1970; mar/1970; abr/1970; mai/1970; jun/1970; jul/1970; ago/1970; mar/1972; abr/1972 (+nº especial); jun/1972; jul/1972; ago/1972; set/1972; out/1972; nov/1972; abri/1973; jun/1973; jul/1973; ago/1973; set/1973; out/1973; nov/1973; dez/1973; jan/1974; fev/1974; mar/1974; abr/1974; mai/1974; jun/1974; jul/1974; ago/1974; set/1974; out/1974; nov/1974; dez/1974; jan/1975; fev/1975; mar/1975; abr/1975; mai/1975; jun/1975; ago/1975; set/1975; out/1975; nov/1975; jan/1976; fev/1976; abr/1976; mai/1976; jun/1976; jul/1976; set/1976; out/1976; jan/1977 (+nº especial); fev/1977; mar/1977; mai/1977; jun/1977; jul/1977; ago/1977; set/1977; nov/1977; jan/1978; jun/1978; jul/1978; ago/1978; set/1978; nov/1978; dez/1978; jan/1979; fev/1979; abr/1979; mai/1979; jun/1979; jul/1979; ago/1979; out/1979; nov/1979; mar/1980; mai/1980; jul/1980; nov/1980; fev/1981; mai/1981; jul/1981; fev/1982; mar/1982; jun/1982; dez/1982; fev/1983; abr/1983; out/1983.

Fondo Documental FLACSO – Chile

Agencia Informativa de la Resistência (AIR): jun/1980 (+nº especial); nov/1980; dez/1980; jan/1981 (+nº especial); mar/1981; abr/1981 (+nº especial); mai/1981 (+nº especial); jun/1981; jul/1981; ago/1981(+nº. especial); set/1981(+nº. especial); out/1981; nov/1981; dez/1981(+nº. especial); jan/1982; mar/1982; abr/1982; mai/1982; jul/1982; out/1982; nov/1982(+nº. especial); jan/1983; fev/1983; mar/1983; abr/1983; mai/1983; jun/1983; jul/1983; ago/1983; dez/1983; abr/1984; jun/1984; out/1984; Nov/1984; dez/1984; abr/1985 (+nº. especial).

Agencia Noticiosa Chilena Antifascista (ANCHIA): set/1977; out/1977; dez/1977; jan/1978; set/1978; out-nov/1980.

El Rebelde en la Clandestinidad: dez/1974; mar/1975; abr/1975; jun/1975; jul-ago/1975; dez/1976 –jan/1977; fev/1977; mar/1977; abr/1977; jun/1977.

Livros

COSTA, Albertina de Oliveira, (ET al.). Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 439p.

DE LUCA, Derlei Catarina. No corpo e na alma. Criciúma: Ed. do autor, 2002. 328p.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 153-202.

BACCEGA, Maria Aparecida. A construção do campo comunicação/educação: alguns caminhos. In: Revista USP. N. 48. Comunicação. São Paulo: USP, CCS, dezembro/fevereiro 2000-2001. p. 19-31.

BECKER, Nubia. Quienes éramos: Una agenda para recordar. In: FUNDACION INSTITUTO DE LA MUJER. Memorias de Ocupación: Violencia contra mujeres detenidas durante la dictadura. Santiago, Chile: Andros Ltda. 2005, p. 55-57.

BORGES, Vavy Pacheco Borges. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. 203-233p.

BURITI, Iranilson. Espaços de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no Recife dos anos 20 (Século XX). Revista História Hoje. São Paulo, Nº 5, 2004.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 199-201.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Vozes femininas (ainda) silenciadas: ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985-2005). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NADER, Maria Beatriz; SILVA, Gilvan Ventura da (orgs). História, mulher e poder. Vitória: Edufes; PPGHis, 2006. 256p.

COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997. p.104-108.

COSTA, Albertina de Oliveira, (ET al.). Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 439p.

COSTA, Claudia de Lima, MALUF, Sonia. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível

em:<http://www.scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de maio de 2010

DE LUCA, Derlei Catarina. No corpo e na alma. Criciúma: Ed. do autor, 2002. 328p.

DE LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. 132-139.

KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. 200p.

LENIN, Vladimir I. Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/cap02.htm>> Acesso em: 23 de setembro de 2010.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos & Abusos da história oral. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

ORLANDI, Eni P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. Em Aberto. Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994. 53-59 p. Disponível em: <**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**> Acesso em: 15 de setembro de 2010.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 6ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. 100p.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. Revista de História. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, num. 153, 2º. Semestre de 2005. p. 11-33.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. 284 p.

THEML, Neyde e BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. Revista de História Comparada, vol. 1, n.1, jun.2007. p. 1-23. Disponível em <<http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm>> . Acesso em 02 de maio de 2010.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 28 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.314.

WOLFF, Cristina; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejercito Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina). Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias, Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. 11p. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz (org). Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. 312p.